



COMITÊ INTERFEDERATIVO

ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF

Em oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e dezoito minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pela plataforma do YouTube no link https://www.youtube.com/live/x_pjh78vScs e presencialmente na cidade de Aracruz/ES, teve início a 78ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Item 1 – ABERTURA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PAUTAS DA PRESIDÊNCIA DO CIF	
1.1 Apresentação dos presentes.	
Discussão	A Secretária Executiva substituta, Thaynara Bandeira, cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, após verificar o quórum para a abertura da reunião, consoante lista de presença anexa. Sergio Domingues, Presidente Suplente, se apresentou, realizou agradecimentos e prosseguiu pedindo a apresentação dos membros e convidados do CIF, sendo: Margareth Saraiva, SEAMA/ES; Juliane Barroso, SETADES/ES; Jadilson Gomes, membro atingido/ES; Sebastião Teixeira, Prefeitura de Governador Valadares/MG; Tamyres Cardoso, Comitê Pró-Rio Doce/MG; Luísa Lacerda, Comitê Pró-Rio Doce/MG; Natália Silva de Souza, SEMAD/MG; Thaynara Bandeira, Secretária Executiva Substituta do CIF e de forma virtual Jarbas Vieira da Silva, Governo Federal; Carlos Júnior Loss, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; Thaianne Resende, Ministério do Meio Ambiente e Moara Giasson, Ministério do Meio Ambiente. A Secretária Executiva substituta, Thaynara Bandeira, submeteu à votação as atas da 77ª Reunião Ordinária e da 10ª Reunião Extraordinária do CIF. Em seguida, consultou os membros sobre a possibilidade de dispensar a leitura da pauta retificada da 78ª Reunião Ordinária. Sérgio Domingues informou aos presentes sobre a abertura de inscrições dos interessados no uso da palavra e enfatizou que o uso da palavra deve seguir a pauta correspondente.
Ata da 77ª Reunião Ordinária	Aprovada.
Ata da 10ª Reunião Extraordinária	Aprovada.

Item 1 – ABERTURA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PAUTAS DA PRESIDÊNCIA DO CIF	
1.2 Informes Gerais.	
Discussão	A Secretária Executiva substituta, Thaynara Bandeira, apresentou o Ofício nº 402/2024/CC/PR, que trata da indicação do Sr. Jarbas Vieira da Silva, como membro suplente do CIF, representando a Secretaria-Geral da Presidência da República, em substituição ao Sr. Renoir Sávio Leite dos Santos. Apresentou, também, o Ofício SEPLAG/RAM - CRD nº 43/2024, que formaliza a indicação da Sra. Tamyris Cardoso como membro suplente representando o Estado de Minas Gerais. Sergio Domingues, Presidente Suplente, fez considerações sobre a dinâmica da Reunião Ordinária, solicitando o apoio dos presentes e reforçando o empenho das Câmaras Técnicas em acolher as demandas e a busca pelas melhores resoluções com as deliberações aprovadas no CIF. Ressaltou a importância da Reunião Ordinária ser realizada no território, agradeceu o acolhimento em

Aracruz/ES e a presença do vereador Jean Pedrini. O vereador agradeceu pela realização da reunião no município e discursou sobre a importância de buscar a reparação.

Item 2 - Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade (CT-BIO)

2.1. Análise dos Estudos pertencentes ao Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA) em Minas Gerais.

Discussão	<p>Leandro Guimarães, membro da CT-BIO, apresentou a análise e o andamento do Programa de Monitoramento de Biodiversidade Aquática na porção mineira da bacia e os ajustes necessários para a correção das lacunas. Fez uma breve explicação do programa, que ocorre por meio de parceria entre a Fundação Renova e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e apresentou os principais resultados das linhas temáticas da pesquisa. Informou que são necessários ajustes e que a maioria das lacunas são relacionadas a atrasos nas coletas durante a pandemia de COVID-19 e devido a gargalos na operacionalização do financiamento, trazendo deficiência no aporte de recursos e ocasionado o descumprimento de cláusula apontada na Nota Técnica. Luísa Lacerda, Comitê Pró-Rio Doce/MG, informou que foi realizado alinhamento com a FAPEMIG e que se colocaram à disposição para rever os aditivos e realizar melhorias. Margareth Saraiva, SEAMA/ES, questionou sobre a diferença dos modelos de gestão do Programa nos Estados atingidos e sobre os prazos para não inviabilizar a continuidade do trabalho. Frederico Martins, Coordenador da CT-BIO, explicou sobre a diferença dos Programas nos dois Estados e ressaltou que o estudo realizado em Minas Gerais precisa ser concluído e depois unificar para ambos os Estados. Sergio Domingues ressaltou a importância da pesquisa, que reflete em outras Câmaras Técnica, e salientou a necessidade da Fundação Renova realizar os ajustes gerenciais.</p> <p>Joeci Lopes, Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, sugeriu que o monitoramento seja acompanhado por uma instituição de ensino federal e clamou por atenção a saúde dos atingidos. Jean Pedrini, Vereador, relatou que houve monitoramento em Aracruz/ES, nos postos de saúde, e constatou-se o aumento de doenças psicossomáticas em decorrência do consumo da água e do peixe. Antônio Carlos, Cacique, agradeceu à plenária, parabenizou as lideranças, comunidades indígenas e ressaltou sobre a situação da saúde dos atingidos do município de Aracruz.</p>
Manifestação	<p>Juliana Lima, coordenadora do Programa de Biodiversidade na Fundação Renova, mencionou a manifestação enviada por meio de Ofício, que discorda do descumprimento de cláusula apontada na Nota Técnica. Destacou que a Fundação Renova é a financiadora das pesquisas e não atuou na contratação e no gerenciamento entre a FAPEMIG e as fundações de apoio das pesquisas. Indicou as dificuldades gerenciais para realizar os aportes de forma regular e informou que o termo aditivo está em fase de aprovação pelo Conselho Curador.</p>
Deliberação nº 804	<p>Aprovada, com abstenção do membro atingido/ES;</p>

Item 2 - Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade (CT-BIO)

2.2. Aprovação do Plano de Trabalho da nova fase do PMBA nas regiões dulcícola, costeira e marinha do Espírito Santo.

Discussão	<p>Eduardo Perini, membro da CT-BIO, apresentou a deliberação <i>Ad Referendum</i>, que aprova o Plano de Trabalho da nova fase do Monitoramento da Biodiversidade Aquática nas regiões dulcícola, costeira e marinha do Espírito Santo. Contextualizou sobre o monitoramento determinado na cláusula 165 do TTAC e sobre as principais premissas aprovadas para o novo monitoramento.</p> <p>Joeci Lopes, Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, ressaltou a importância de o programa de monitoramento ser contínuo, sugeriu o acompanhamento de uma faculdade pública para dar maior transparência aos atingidos e solicitou que os repasses sejam usados na reparação. Reginaldo Leal relatou sobre a situação de territórios baianos e os prejuízos que os atingidos têm por não ter o reconhecimento. Destacou a aparente inclusão de parte do Estado da Bahia no Programa de Monitoramento, com a aprovação pela CT-BIO através da Nota Técnica nº 01/2024.</p>
Deliberação	<p>Aprovada</p>

Item 3 – Fundação Renova**3.1. Apresentação sobre a situação das casas com trincas em Barra Longa/MG.**

Discussão	<p>Júlio Moreira, Fundação Renova, contextualizou o tratamento judicial do tema feito no âmbito do eixo prioritário 4, que tramita na 4ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG. Apresentou a metodologia para o levantamento fundiário. Luana Bretas, Fundação Renova, explicou o fluxo de atendimento presencial aos proprietários dos imóveis. Juliane Barroso, SETADES/ES, citou que a apresentação ficou comprometida, solicitou melhorias à Fundação Renova na confecção dos slides, questionou se o fluxo apresentado está interligado ao PG-01 e solicitou informações de como o tema tramitou dentro da Câmara Técnica. Jadilson Gomes, membro atingido, destacou que em apresentações sobre fissuras, rachaduras e trincas deve conter fotos para o melhor entendimento. Margareth Saraiva, SEAMA/ES, realizou um breve histórico sobre o processo do Programa de Monitoramento e pontuou que o tema sobre as unidades habitacionais não chegou a ser tratado nas Câmaras Técnicas e sim pautada pelo MPF junto com as procuradorias dos municípios, estados e defesas civis estaduais e municipais. Tamyres Cardoso, Comitê Pró-Rio Doce/MG, pontuou na apresentação da Fundação Renova a falta dos termos que foram celebrados e a obrigação firmada com os proprietários. Sergio Domingues, Presidente Suplente, relatou que a presidência do CIF oficiou a Presidência da Fundação Renova solicitando a elaboração de um plano de trabalho específico para Barra Longa/MG e a apresentação de maiores esclarecimentos sobre a forma que o município está sendo contemplado com políticas e programas necessários para a reparação. Informou o recebimento da resposta da Fundação Renova, que está de acordo em elaborar o plano de trabalho específico para Barra Longa/MG para tentar integrar todas as iniciativas das Câmaras Técnicas.</p> <p>Rômulo Bonnes se manifestou sobre o Eixo 4 e sobre os atingidos que tiveram suas casas comprometidas. Ressaltou sobre a adesão da minoria ao ressarcimento e ao baixo valor da indenização. Relatou sobre as condições de moradias que foram afetadas pela lama e dos imóveis que foram atingidos devido a passagem de caminhões e máquinas. Jaqueline Martins falou sobre a situação da ponte que se encontra com trincas e rachaduras causados ou agravados pelo tráfego de veículos pesados. Gefferson de Freitas abordou a Deliberação nº 190/2018 e a situação das moradias que não tiveram reparação imediata. Questionou sobre o valor da indenização ser insuficiente aos atingidos e solicitou a nomeação de um instituto ou órgão para acompanhar o processo de forma eficiente. Bráulio Araújo, Defensor Público de Minas Gerais, reiterou sobre o acordo com os atingidos e o não cumprimento da Deliberação nº 190/2018. Informou que há famílias que não aceitaram o acordo e pediu a atenção do CIF e da Fundação Renova para que os atingidos sejam contemplados com o atendimento emergencial conforme a Deliberação 190/2018. Simone da Silva reiterou a fala dos atingidos sobre a situação das moradias em Barra Longa/MG, fez um agradecimento ao Dr. Felipe, que solicitou a atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais, e ao Presidente do CIF por rever a situação das demandas de Barra Longa/MG.</p>
Manifestação	<p>Júlio Moreira, Fundação Renova, informou que a plataforma online foi suspensa por decisão judicial e que os acordos estão sendo celebrados por meio de atendimento direto. Informou que a IAJ participou das audiências de discussões sobre a execução do acordo, trazendo contribuições importantes e que o tema tem sido tratado na esfera judicial. Esclareceu que o acordo específico sobre as situações dos imóveis é um acordo que não possui relação direta com o PG-01.</p>
Encaminhamento E78 3.1.1	<p>Margareth Saraiva, SEAMA/ES, sugeriu a definição de Câmara Técnica para assessorar o CIF sobre a situação das casas com trincas de Barra Longa/MG.</p>
Encaminhamento E78 3.1.2	<p>Margareth Saraiva, SEAMA/ES, solicitou que o CIF, em conjunto com as Câmaras Técnicas, discuta o conceito de gestão territorial integrada e participativa.</p>

Item 5 – Oportunidade de fala às pessoas atingidas

Discussão	<p>Isaías dos Santos solicitou atenção da Fundação Renova no território do Sapé do Norte para que atenda as demandas das comunidades tradicionais, principalmente sobre a situação da água. Valeriana Gomes relatou sobre a importância do custeio para os atingidos, que atualmente realizam seus próprios custeios, falou sobre o cadastro da fase 1 de 2016 e que atualmente muitos atingidos não receberam a indenização. Solicitou o pagamento do auxílio financeiro e o lucro cessante aos atingidos. Solicitou, também, o custeio para a participação dos atingidos no Encontro da Bacia. Joeci Lopes informou que a comissão de atingidos de Aracruz/ES foi criada antes do TTAC e questionou a atuação e tratamento das instituições de justiça referente a organização da comissão. Destacou que a comissão não é atendida por ATI e trabalha em prol dos atingidos. Rômulo Bonnes solicitou que o CIF retifique a Deliberação 190/2018 para assegurar às famílias que estão em situação de risco o amparo, independente de aceitarem o acordo proposto pela Fundação Renova. Relatou sobre as dificuldades enfrentadas pela população e sobre a situação precária de Barra Longa/MG, principalmente na área da saúde, sobre a situação dos atingidos que permanecem morando nos imóveis em situação de risco. Felipe Godoi, comissão territorial, relatou sobre o pedido para Fundação Renova realizar a análise da água na comunidade e a dificuldade em acessar o programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua) e solicitou ao CIF que verificasse e fiscalizasse a atuação do Programa nas comunidades atingidas. Requereu o cadastro da população ribeirinha do Rio Doce e a população da calha do Rio Doce. Lanla de Almeida relatou sobre os cadastros que estão parados com status “aguardando análise de perito”, questionou sobre a demora e quando será resolvido. Elinaldo dos Santos, pescador, relatou a dificuldade com a pesca após o desastre, o prejuízo que atingiu sua família e solicitou o reconhecimento da Bahia como área impactada. Reginaldo Nascimento relatou que o extremo sul da Bahia foi impactado pelo desastre e solicitou que o CIF crie um fundo de participação para receber o valor das multas aplicadas à Fundação Renova para que seja repassada aos atingidos. Benedito Barreto, pescador, informou sobre as dificuldades que os pescadores estão enfrentando com a falta do pescado e questionou sobre a Fundação Renova não cumprir o compromisso com a reparação. Marilucia Gonçalves relatou que não foi cadastrada pela Fundação Renova para receber o auxílio e que mora em local afetado por enchentes, ocasionando problemas de saúde na família devido a contaminação da água na beira do rio. Josival da Silva, representante do extremo sul da Bahia, Nova Viçosa/BA, relatou sobre os peixes e tartarugas apresentarem caroços, sobre os prejuízos financeiros da comunidade e solicitou o reconhecimento de território atingido pelo desastre.</p>
------------------	---

Às doze horas e trinta minutos a reunião foi suspensa para almoço, sendo retomada às quatorze horas e trinta minutos.

Item 6 – Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA)

6.1. Nota Técnica CT-GRSA nº 02/2024 – Atualização do Eixo Prioritário 1.

Discussão	<p>Mariana Graciosa, coordenadora da CT-GRSA, apresentou a Nota Técnica nº 02/2024 com a atualização do atendimento ao Eixo Prioritário 1, solicitada pela Instância Jurídica do CIF. Também informou sobre quais assuntos cabem a aplicação de penalidades, orientando o CIF quanto à aplicação de notificações e as ações para saná-las. Relatou a análise dos itens do Eixo Prioritário 1, informando quais foram cumpridos, descumpridos ou estão em cumprimento, e quais assuntos devem sofrer penalidades e quais penalidades, conforme previsão no TTAC e encaminhar as informações para a IAJ/CIF. Informou que a Fundação Renova se manifestou sobre os itens da nota técnica. A CT-GRSA respondeu a manifestação concordando e indicando quais itens ainda não constavam como cumpridos. Margareth Saraiva, SEAMA/ES, solicitou ajuste na redação da Nota Técnica. Adelino Neto, membro da CT-GRSA, informou a alteração na redação da Nota Técnica com o encaminhamento proposto pela Câmara Técnica no Eixo Prioritário 6, que discute o tema, e não no Eixo prioritário 1. Moara Giasson, Ministério do Meio Ambiente, parabenizou a CT-GRSA por consolidar as informações e a Fundação Renova por demonstrar colaboração no levantamento das informações, enfatizou a importância do trabalho conjunto para conseguir dar andamento ao processo e sugeriu alteração na redação da minuta de deliberação.</p> <p>Melina Alencar informou que a Nota Técnica foi amplamente discutida com a CT-GRSA e os</p>
------------------	--

Manifestação	memoria Ambiental informou que a nota técnica foi amplamente discutida com a CT-GRSA e os desdobramentos levantados já estão sendo encaminhados.
Deliberação nº 805	Aprovada.

Item 6 – Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA)

6.2. Análise técnica do Relatório Consolidado de 2 Anos de Monitoramento da Região Deltaica - Revisado.

Discussão	Emília Brito, membro da CT-GRSA, apresentou a análise técnica do Relatório Consolidado de 2 anos de monitoramento da Região Deltaica do rio Doce. Contextualizou sobre o assunto e destacou os índices fundamentais não cumpridos, sendo mantida a reprovação do documento, o qual já havia sido objeto de Notificação do CIF descumprida pela Fundação Renova, portanto sendo fixada multa pelo descumprimento reiterado. Informou que a Renova apresentou pedido da reprovação da Nota Técnica nº 3, através de manifestação acerca do item da pauta e que a Fundação não seguiu as diretrizes indicadas pela GT-Baixo Doce por meio das Notas Técnicas nº 5/2019 e 12/2022. Sergio Domingues destacou o comportamento da Fundação Renova na tratativa da alteração do relatório.
Manifestação	Juliana Bedoya esclareceu que o relatório não foi elaborado pela Fundação Renova. Os relatórios são elaborados por consultorias técnicas especializadas a partir de termos de referência e de acordo com a Câmara Técnica. A conclusão foi emitida pela consultoria técnica, conforme o entendimento do responsável técnico.
Deliberação nº 806	Aprovada.

Item 9 – Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA).

9.1 Análise de pleito do Município de Pingo D'Água/MG.

Discussão	Ikary Nascimento, coordenadora da CT-SHQA, contextualizou o Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos e a análise de revisão de pleitos municipais (PG31). Destacou o novo pleito de implementação do sistema de esgotamento sanitário da sede do município mineiro e a construção da usina de triagem e compostagem de Pingo D'Água/MG. Discorreu sobre os itens do pleito e indicou a reprovação do remanejamento do recurso alocado em sistema de esgotamento sanitário para resíduos sólidos urbanos.
Deliberação nº 807	Aprovada.

Item 3 – Fundação Renova

3.2. Apresentação sobre os Reassentamentos de Bento Gonçalves, Paracatu e Gesteira.

Discussão	Rachel Starling, Fundação Renova, apresentou os dados e o panorama sobre o reassentamento de Bento Gonçalves, Paracatu e Gesteira. Informou que a apresentação seria resumida e direta, pois ocorrerá um momento específico na revisão do escopo com os detalhes dos indicadores que estão sendo propostos. Tamyres Cardoso, Comitê Pró-Rio Doce/MG, reiterou a importância da disponibilização de documentos e apresentações da Fundação Renova para serem acessadas anteriormente e viabilizar a análise técnica. Jadilson Gomes destacou que faltaram relatos da população sobre os reassentamentos. Rômulo Bonnes relatou sobre a questão do tratamento não isonômico aos outros reassentamentos como em Barra Longa/MG e se manifestou a respeito de atingidos de Gesteira/MG não terem sido contemplados com o acordo. Gerfferson de Freitas reiterou sobre a situação de alguns atingidos de Gesteira/MG não terem sido contemplados com o acordo e solicitou maiores informações com um levantamento de quem seria ou não beneficiado com o reassentamento explicando os motivos de exclusões. Relatou a questão da qualidade da água bruta em Gesteira/MG e solicitou atenção as demandas dos atingidos da comunidade de Barreto/MG. Valéria Kfuri, comunidade do Morro Vermelho/MG, relatou sobre a situação dos imóveis que foram afetados pela lama do rompimento da barragem. Andreia Mendes, relatou pontos do Eixo 4 e a situação dos atingidos que estão em moradias temporárias, além do não cumprimento do TTAC.
	Rachel Starling, Fundação Renova, esclareceu sobre os dados da indenização por pecúnia, que

Manifestação	foram inseridos de forma geral na apresentação e que o reassentamento nos municípios foram realizados de forma participativa. Informou que trará fotos e imagens para compartilhar nas próximas apresentações.
---------------------	--

Item 7 – Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT-INFRA)	
7.1 Repasse de recurso financeiro para construção do Campo de Futebol para o Distrito de Pedras em Mariana/MG e de equipamentos para manutenções de vias para os municípios de Mariana e Barra Longa/MG.	
Discussão	<p>Juliana Ferraz, coordenadora da CT-INFRA, informou que a pauta foi solicitada em colaboração com as prefeituras de Mariana/MG e Barra Longa/MG. Os municípios solicitaram alteração da obrigação de fazer pela obrigação de pagar pela Fundação Renova no âmbito do Programa, fornecendo maquinários ao invés de construção e manutenção das vias. Em Mariana/MG, a solicitação era trocar a obrigação de fazer da Fundação Renova por pagar a Prefeitura e a própria Prefeitura realizar a construção do campo de futebol no distrito de Pedras. Thais de Oliveira, Procuradora Geral de Barra Longa/MG, ratificou a vontade do município em fazer a troca e informou o desejo de receber os maquinários usados pela Fundação Renova e o próprio município fazer a manutenção das vias. Amarildo Pereira, Prefeitura de Mariana/MG, também ratificou o interesse do município em realizar a troca de obrigação de fazer em obrigação de pagar e enfatizou a importância de os recursos irem para o município, bem como os equipamentos, o que traria melhorias para a prestação de serviços nas vias de toda a cidade. Margareth Saraiva, SEAMA/ES, destacou na minuta de deliberação a citação referente a obrigação de pagar descontada do PG-10, sugerindo a alteração do texto ou a apresentação dos valores que constam no PG-10 para o conhecimento da plenária e incluir na redação um prazo para que a Fundação Renova firme um instrumento jurídico de repasse e um plano de trabalho por município. Thais, da Ernest & Young, ressaltou que é necessário ficar claro na deliberação os valores dos recursos, considerando o que já foi despendido ou não. Relatou que, caso haja a troca de obrigação de fazer por obrigação de pagar, a auditoria externa consegue verificar o repasse dos recursos, mas não seria possível auditar as prefeituras. Sergio Domingues, Presidente Suplente, declarou que não estava seguro para realizar a aprovação da deliberação e sugeriu que em uma próxima Reunião Ordinária a Câmara Técnica trouxesse uma redação mais estruturada para que não haja dúvidas sobre o pleito das prefeituras.</p> <p>Rita relatou sobre a situação do turismo, o quanto o trabalho dos artesãos foi afetado e solicitou resposta à Fundação Renova. Valdir citou a situação dos atingidos e solicitou a ação e resposta da Fundação Renova. Uanderson solicitou que nas próximas Reuniões Ordinárias a fala dos atingidos ocorra na parte da manhã e destacou os motivos pelos quais muitos atingidos não conseguem comparecer ao CIF. José informou sobre a situação dos peixes e tartarugas. Cobrou a atenção da Fundação Renova. Reginaldo Nascimento esclareceu a fala feita anteriormente e destacou que não se referiu à planária e nem o Sistema CIF. O Ouvidor da Fundação Renova se colocou a disposição para ir ao extremo Sul da Bahia.</p>
Manifestação	A Fundação Renova informou que realizou as manutenções nas vias e que logo serão cessadas. Acolheu a solicitação dos municípios internamente e considerou cabível a demanda.
Encaminhamento E78 7.1.1	Tamyres Cardoso, Comitê Pró-Rio Doce/MG, solicitou a mobilização das Prefeituras para elaborar um Plano de Trabalho e cronograma para serem incluídos na próxima minuta de deliberação.
Encaminhamento E78 7.1.2	Tamyres Cardoso, Comitê Pró-Rio Doce/MG, solicitou reunião dos membros do CIF, de forma extraordinária, para tratar do fluxo para implementação da troca da obrigação de fazer em obrigação de pagar, pela Fundação Renova.

Item 8 – Câmara Técnica Economia e Inovação (CT-EI)	
8.1 Projeto Monitoramento e Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira no Rio Doce e no Litoral do Espírito Santo - Segundo Ciclo Aditivo.	

Discussão	Thais Volpi, Seama/ES, apresentou a Nota Técnica CT-EI nº147/2024, que trata do Projeto Monitoramento e Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira no Rio Doce e no Litoral do Espírito Santo – Segundo Ciclo Aditivo. Trouxe a contextualização do projeto e explicou os principais ajustes do plano de trabalho do segundo ciclo, solicitados na Nota Técnica CT-EI nº146/2024. Informou que a CT-EI aprovou a retificação do Plano de Trabalho e acatou o aditivo no valor de R\$ 32.000.00,00 (trinta e dois milhões de reais), recomendou à Fundação Renova que apresentasse relatórios semestrais com acompanhamento dos resultados ao Sistema CIF e que entregasse ao CIF o termo aditivo do convênio, acompanhado de plano de trabalho devidamente assinados. Margareth Saraiva, Seama/ES, ressaltou a importância do trabalho realizado para a orientação das políticas públicas. Após a manifestação da Fundação Renova, o Governo de Espírito Santo acatou a solicitação de acréscimo na deliberação de que o recurso fosse definido como compensatório.
Manifestação	Juliana Bodeya enfatizou a importância da aprovação da deliberação e acrescentou que se trata de questão específica para o Estado do Espírito Santo e que vai além do litoral norte, tendo como objetivo subsidiar políticas públicas, solicitando que constasse na deliberação que o recurso fosse definido como compensatório.
Deliberação nº 808	Aprovada.

Item 8 – Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI)

8.2. EXTRAPAUTA: Repasse de recursos financeiros ao Governo do Estado do ES no Projeto de Apoio e Fomento a Economia Verde e Azul (PG-15).

Discussão	Eliene Lima, membro da CT-EI, apresentou a inclusão de prazo na Deliberação nº 748/2023, que aprova o Programa de Apoio e Fomento a Economia Verde e Azul no Espírito Santo, no âmbito do PG-15. Informou que a Deliberação foi aprovada sem estabelecer um prazo de repasse e explicou que, com a definição do prazo, será possível atender a necessidade de implementação das estratégias de divulgação. O edital e a programação estão em fase de elaboração e a expectativa é que seja lançado ainda no ano de 2024. Apresentou a recomendação ao CIF de aprovar a complementação à Deliberação nº 748, indicando o prazo de até dezembro de 2024 para que a Fundação Renova realize o repasse dos recursos. Margareth Saraiva, SEAMA/ES, concordou com a sugestão da Tamyres Cardoso, Comitê Pró-Rio Doce/MG, em definir uma data em dezembro para incluir na minuta de deliberação.
Manifestação	Ana Cristina Lage, Fundação Renova, concordou com o texto da minuta de deliberação e informou que foi apresentada uma manifestação informando que a deliberação será cumprida no ato do repasse.
Deliberação nº 809	Aprovada.

Item 10 – Oportunidade de fala às Pessoas Atingidas

	Valeriana Gomes falou sobre a Ouvidoria da Fundação Renova, como é feito o envio de reclamações e reclamou que o 0800 não funciona, ficando os atingidos sem retorno. Joelma Fernandes citou o envolvimento das prefeituras e do poder público. Mencionou que o poder público não reconheceu a ATI e lembrou a reunião que ocorreu com a prefeitura de Governador Valadares/MG, e que ainda não obtiveram retorno. Relatou que foi reconhecida pelo PIM, mas não aderiu ao NOVEL e solicitou que no Encontro da Bacia seja considerada a diversidade das pessoas que estão desde do início na comissão de atingidos. Fabrício Pimentel relatou a situação e os problemas com a empresa contratada pela Fundação Renova, SINERGIA, responsável pelo cadastro dos atingidos no litoral da Serra/ES. Solicitou a abertura da Casa da Fundação Renova em Aracruz/ES. Jaqueline Aparecida Martin, solicitou que as instituições de justiça possam atender as demandas da comunidade de Gesteira/MG sobre o acordo assinado para o reassentamento. Informou que não houve melhoria no abastecimento de água na comunidade e solicitou o fornecimento de água mineral para a comunidade de Barreto/MG. Lanla Maria de Almeida relatou a situação dos pescadores de Ponte Nova/MG e as dificuldades que a comunidade está enfrentando devido a suspensão do pagamento do lucro cessante. Simone Nunes relatou a situação dos idosos que aguardam a reparação e solicitou à Fundação Renova prioridade no
--	--

Discussão

atendimento da demandas dos idosos. Solicitou mais informações sobre o reconhecimento das "Marias", uma delas foi reconhecida como pescadora de subsistência e requereu que na próxima Reunião Ordinária tenha retorno da Fundação Renova sobre o tema. Liberina Gomes solicitou a criação do Grupo de Trabalho previsto na Deliberação nº 767/2024, informando que o membro atingido Jadilson Gomes realizou escuta das demandas dos pescadores e solicitou ao CIF que os atingidos tenham prioridade de fala mais cedo na reunião ordinária pois os pescadores tem dificuldade em comparecer no CIF. Solicitou que a Fundação Renova realizasse o transporte de seis pescadores até Piúma/ES por não ter mais transporte disponível para que retornem ao município. Jadilson Gomes, membro atingido, esclareceu que realizou a escuta dos pescadores que solicitam a criação da GT para que eles pudessem levar os documentos às Câmaras Técnicas, comprovarem o dano e o reconhecimento da área onde trabalham. Explicou sobre o pleito do Sindipesca e considerou que o reconhecimento dos pescadores em geral é o mais recomendado, porém, acredita que deve iniciar pelo Sindipesca. Juliane Barroso, Coordenadora da CT-OS, esclareceu a situação da CT que estava parada e informou que o GT solicitado pelos pescadores seria uma demanda intercâmaras, mas que já foram tomadas iniciativas para que ocorram reuniões entre as coordenações para alinhamento e criação do Grupo de Trabalho. Jaciel de Oliveira, presidente do sindicato de pescadores, ratificou a fala realizada pela Liberina e parabenizou o Jadilson Gomes, membro atingido do CIF, e os membros do CIF pelo esforço em atender as demandas dos atingidos. Antônio Jakson dos Santos solicitou à Fundação Renova o pagamento dos pescadores e relatou sobre as dificuldade enfrentadas pela comunidade. Francisco José dos Anjos, pescador, informou que os pescadores são atingidos da costa do Rio Doce e a foz do Rio Doce e estão dependendo do pagamento do auxílio emergencial, pois a pesca está prejudicada com a suposta contaminação dos peixes, tartarugas, molusco e crustáceos. Genilson Neves solicitou a criação do GT, conforme a Deliberação nº 767/2024, e relatou as dificuldades dos pescadores com a falta da instauração do GT. Osiris Rocha, pescador de arrasto, relata sobre a importância da criação do GT para os pescadores, retratou a dificuldade da comunidade e agradeceu ao CIF pela Deliberação nº 767/2024. José Augusto Santos, pescador, relatou sobre a possível contaminação da costa do Espírito Santo e a dificuldade com a pesca. Lucinea Nunes reiterou as falas dos pescadores, cumprimentou a mesa agradecendo a atuação do CIF e solicitou que o Sindipesca seja incluído para receber o auxílio financeiro.

Por fim, às dezenove horas e vinte minutos, do dia oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, a Secretária Executiva substituta, Thaynara Bandeira, finalizou a reunião agradecendo à participação de todos.

Em nove de agosto de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e doze minutos, por meio de vídeoconferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube no link <https://www.youtube.com/live/V0I7DoGGLT4> e presencialmente na cidade de Aracruz/ES, teve início o segundo dia da 78ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Item 4 – Ouvidoria Geral

4.1. Relato da Ouvidoria em devolutiva aos encaminhamentos da 76ª e da 77ª Reuniões Ordinárias do CIF.

Pedro Strozenberg realizou a apresentação do relato da ouvidoria e as devolutivas aos encaminhamentos da 76ª e da 77ª Reuniões Ordinárias, agradeceu a iniciativa do CIF e a importância do acolhimento das demandas e as tratativas dos encaminhamentos aos atingidos. Informou que a Ouvidoria recebeu do CIF as demandas de abril, maio e junho. Esclareceu que a Reunião Ordinária realizada em Brasília/DF apresentou um menor número de manifestações e a RO realizada em Governador Valadares/MG recebeu o maior número e relatou o fluxo das demandas recebidas dentro da ouvidoria. Explicou o panorama das manifestações e a CT-PDCS está avançando na organização das temáticas. Apresentou os principais temas recorrentes e como estão identificadas. Reiterou que a Ouvidoria faz um acompanhamento e monitoramento, destacando o tema que é fundamental. Juliane Barroso, coordenadora da CT-OS, reiterou a contribuição que os membros do CIF realizam com as Câmaras Técnicas para atender e responder as demandas dos atingidos. Cláudia Fardin, coordenadora da CT-PDCS, esclareceu a importância da presença da Ouvidoria na captação das demandas, enfatizou como são os procedimentos do recebimento das demandas dentro da Ouvidora e o acompanhamento das tratativas pela CT-

Discussão	<p>PDCS.</p> <p>Valeriana Gomes relatou as dificuldades que a comunidade enfrenta para entrar em contato com a Fundação Renova e obter retorno das demandas apresentadas. Joeci Lopes relatou que nas novas áreas da Deliberação nº 58 os advogados importunam os atingidos e denunciaram a conduta à Ouvidoria. Solicitou que o cadastro seja reaberto e acompanhado pela CT-PDCS. Mencionou sobre o Encontro da Bacia, manifestando discordância sobre os procedimentos da organização do evento, que ocorrerá em Belo Horizonte/MG, e enfatizou os problemas que os atingidos enfrentarão para se deslocarem no final de semana até o Encontro. Rômulo Bonnes, comissão de atingidos de Barra Longa/MG, solicitou a revisão do cadastro, pontuou sobre o dano da água e relatou que muitas vezes a ouvidoria não responde as demandas e há demora na resolução. Felipe Godoi relatou sobre a importância de reabrir o cadastro, sugeriu que o CIF e a Fundação Renova visitem o território. Reginaldo Nascimento relatou que o extremo sul da Bahia vem buscando o reconhecimento desde 2019 e solicitou aplicar por analogia a Deliberação nº 767/2024 e a Deliberação nº 58/2017 na região. Jadilson Gomes, membro atingido, citou a manifestação do atingido Felipe Godoi e ao consultar a CT-SAÚDE confirmou que há o Programa de Monitoramento da Qualidade da Água (PMQA) e que há um pedido de um ponto em Timóteo/MG e a demanda do atingido seria encaminhada para a regional.</p>
------------------	--

Item 11 – Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CT-ECLET)	
11.1. Aplica penalidade à Fundação Renova pelo descumprimento da Deliberação CIF nº 768/2024.	
Discussão	<p>Margareth Saraiva, SEAMA/ES, realizou a contextualização do descumprimento da Deliberação nº768/2024. Ludmila Endringer, membra da CT-ECLET, esclareceu que a nota técnica elaborada previa aplicação de multa à Fundação Renova pelo descumprimento da inclusão do município de Aracruz/ES, no Projeto Rio Doce Escolar. A Câmara Técnica recebeu a justificativa da Renova de que os pagamentos e o processo de inclusão de Aracruz/ES estão sendo realizados, sendo solicitada a retirada da minuta de deliberação a questão da penalidade. A Fundação Renova pediu a fixação de um novo prazo para cumprimento da Deliberação nº 768/2024 e concedeu o prazo de 40 dias para a conclusão do termo de parceira, solicitando mais prazo para concluir a assinatura.</p> <p>Joice Lopes enfatizou a paralisação do Projeto, a reunião da Câmara Técnica em que a Fundação Renova retomou o andamento do Projeto Rio Doce Escolar e parabenizou a iniciativa da Fundação Renova. Reginaldo Nascimento relatou que as ações precisam abarcar os jovens do Eixo Prioritário 14 e parabenizou a iniciativa da bolsa. Felipe Godoi informou a importância do Projeto e parabenizou a mesa pela pauta da CT-ECLET. Simone Maria solicitou à Ouvidoria que apresentasse ao CIF os dados das negativas e relatou a situação das moradias em risco de Barra Longa/MG. Informou que aguarda a visita da Ouvidoria no território, onde a primeira reunião foi desmarcada e não houve outra proposta de realizar a reunião.</p>
Manifestação	Felipe Moura da Fundação Renova informou que evidências foram apresentadas no lançamento do edital de seleção de bolsistas para o município de Aracruz/ES, e que submeteram as evidências do reajuste das bolsas e estão sendo efetuados os pagamentos.
Deliberação nº 810	Aprovada.

Item 12 – Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)	
12.1. Regras para acesso aos territórios tradicionais e orientações para a realização de reuniões, oitivas e consultas junto atingidos atendidos pelos Programas 03 e 04.	
	<p>Francisco Melgueiro, membro suplente da CT-IPCT, apresentou as regras para acesso aos territórios tradicionais e as orientações para a realização de reuniões, oitivas e consultas aos atingidos atendidos pelos Programas 03 e 04. Ressaltou que as regras dão a visibilidade, transparência e adequação à cultura e à tradição dos povos. Esclareceu os procedimentos para o acesso às comunidades de forma a evitar uma ruptura sociopolítica dentro do território. Tiago Cantalice Trindade, Defensoria Pública da União, informou que a Nota Técnica reforça a Nota Técnica anterior, que era descumprida pela Fundação Renova, e reforçou a importância da aprovação da deliberação pelo CIF para a nota técnica não ser postergada. Juliane Barroso, SEAMA/ES, ratificou a apresentação da CT e destacou o esforço de todos os membro da CT-</p>

Discussão	<p>IPCT. Jadilson Gomes, membro atingido, esclareceu que a Fundação Renova tem acesso ao SEI do CIF e poderia consultar os documentos e a minuta de deliberação. Ressaltou que os terceirizados da Fundação Renova que prestam serviços dentro da comunidade deve respeitar a forma de organização da comunidade. Analisou a manifestação da Fundação Renova e esclareceu sobre a ATI de Degredo/ES.</p> <p>Cacique Joel, liderança Tupiniquim, questionou sobre o posicionamento da Fundação Renova e reiterou o respeito a autonomia das comunidades. Warlas Gomes ratificou a importância da deliberação e informou sobre a conduta da Fundação Renova com as comunidades. Joelma Fernandes esclareceu a situação dos ilheiros e solicitou respeito às tradições das comunidades tradicionais. Sheila Santos relatou sobre a atuação da assessoria dentro do território e solicitou a atenção da Fundação Renova com a comunidade do Sapê do Norte. Isaías Rodrigues relatou a ação da Fundação Renova nos territórios das comunidades tradicionais e a atuação de agentes externos com os atingidos.</p>
Manifestação	<p>Gabriel, Fundação Renova, concordou com a fala do membro da CT-IPCT, esclareceu que procedem com o respeito nas comunidades e destacou a importância do diálogo com as lideranças. Albanita considerou importante o debate e apontou que a minuta de deliberação tenha um ponto de atenção para os prazos com o objetivo de não engessar e atrasar a reparação.</p>
Deliberação nº 811	Aprovada.

Item 12 – Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)	
12.2. Contratação de Assessoria Técnica Independente Local para os Indígenas e Povos e comunidades Tradicionais.	
Discussão	<p>Gustavo Magnata, membro da CT-IPCT, apresentou a Nota Técnica nº 56/2024/CT-IPCT, realizou a contextualização e esclareceu a contratação de Assessoria Técnica independente local para os indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais. Citou a importância da participação da comunidade na contratação da Assessoria Técnica Independente, por se tratar de públicos específicos, com questões próprias de suas identidades, maneiras próprias de auto organização e cuja tradicionalidade foi profundamente afetada pelos impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão (Mariana-MG).</p> <p>Joeci Lopes ressaltou a criação de um GT para levantamento de demandas dos povos de pesqueiros. Reginaldo Nascimento solicitou registro em ata de deliberações, despachos e ofícios referentes ao extremo sul da Bahia, sendo estendidos aos seus atingidos o atendimento que é realizado nas comunidades tradicionais. Solicitou o atendimento do Ofício nº 60/2023 da CT-BIO com o pedido de manifestação das Câmaras Técnicas e assim dar andamento as tratativas com as demandas do extremo sul da Bahia. Isaías Rodrigues agradeceu à CT-IPCT e esclareceu a importância da Assessora Independente representar o reconhecimento das pessoas da comunidade. Meire Cristina informou sobre a comissão aprovada pelo Ministério Público e questionou sobre os direitos dos povos indígenas e comunidade tradicionais para a participação e atuação no Encontro da Bacia. Kethlyn Quesya ressaltou o direito da participação de jovens e crianças no Encontro da Bacia e o pedido de assessoria técnica para os povos indígenas. Carlos Belôni solicitou o reconhecimento da comunidade pesqueira tradicional e relatou sobre a atuação da assessora técnica no território 11.</p>
Manifestação	<p>Janine Cabral esclareceu a importância do pleito para a contratação da Assessoria Técnica Independente e explicou que a demanda é de competência do Ministério Público.</p>
Deliberação nº 812	Aprovada.

Item 13 – Oportunidade de fala às Pessoas Atingidas	
	<p>Valeriana Gomes citou a importância da retomada do cadastro dos dependentes titulares do ano 2016 a 2018 e solicitou o atendimento aos produtores rurais e ilheiros. Joeci Lopes reforçou que as assessorias técnicas é uma demanda a ser tratada pelo Ministério Público, porém, informou</p>

Discussão

que, após a visita do órgão nas comunidades, a demanda não foi adiante e pediu o posicionamento do Ministério Público e da Defensoria Pública. Warlas Gomes informou que a Fundação Renova não tratou a demanda apresentada na última Reunião Ordinária e no dia do atendimento informou inconsistências nos documentos. Esmeraldo Muniz explanou sobre a ausência da Fundação Renova em cumprir suas obrigações com os atingidos. Isaias Rodrigues informou como tem sido a atuação da Fundação Renova nas comunidades e territórios. Citou a abordagem insistentes de advogados com os atingidos e as consequências nas comunidades. Joelma Fernandes solicitou o cumprimento das obrigações da Fundação Renova com os atingidos. Citou, ainda, a participação dos atingidos no Encontro da Bacia. Antônio Jackson solicitou a atenção da Fundação Renova para acolher e tratar as demandas dos pescadores. Liceliana Souza enfatizou o trabalho das comissões nos territórios e solicitou a contratação de assessoria técnica independente. Sabrina Bernardino informou sobre os reiterados descumprimentos da Fundação Renova e o impacto nas comunidades. Cileia Jaques destacou a ausência do atendimento das demandas apresentadas à Fundação Renova. Cristina Pereira relatou a ausência do atendimento nas demandas apresentadas à Fundação Renova e os transtornos causados na comunidade. Genir Nascimento explicou os transtornos e dificuldades referentes ao atendimento da Fundação Renova que não foi realizada no prazo previsto. Maria Cristina Ribeiro explicou as tensões na comunidade por não ter retorno da Fundação Renova. Leandro Costa relatou a falta de atendimento das demandas pela Fundação Renova. José Carlos Linhares informou sobre a reivindicação dos atingidos de Linhares/ES e a ausência de atendimento pela Fundação Renova referente ao cadastro dos atingidos por meio das empresas terceirizadas contratadas pela Fundação Renova. Sergio Domingues, Presidente Suplente, solicitou que a CT-IPCT atualize os atingidos quanto às tratativas dos procedimentos determinados pela Fundação Renova. Liberina Gomes tratou das empresas terceirizadas pela Fundação Renova e as tratativas sobre o acordo realizados com os pescadores.

Por fim, às treze horas e onze minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e quatro, Thaynara Bandeira, Secretária Executiva substituta do CIF, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO MIRANDA CARVALHO, Secretário-Executivo do Comitê Interfederativo**, em 23/08/2024, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THAYNARA BANDEIRA CHAGAS, Analista Administrativo**, em 23/08/2024, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO AUGUSTO DOMINGUES, Presidente do Comitê Interfederativo Suplente**, em 02/09/2024, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **20224576** e o código CRC **52F97603**.